

Aras questiona lei sobre promoção de defensor público no PA

24/09/2021

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra dispositivos de uma lei estadual do Pará. A norma estabelece um novo critério de verificação da antiguidade do defensor público para fins de promoção.

Leonardo Prado/MPF



Autor da ação é o PGR, Augusto Aras Leonardo Prado/Secom/MPF

Aras alega violação da competência privativa da União para dispor sobre normas gerais do regime da Defensoria dos estados. Ao estabelecer o critério de tempo de serviço público para aferição da antiguidade, a lei estadual estaria em desacordo com a [Lei Complementar Federal 80/1994](#), que prevê apenas o tempo de exercício efetivo na carreira.

O relator, ministro Ricardo Lewandowski, solicitou informações à Defensoria Pública, à Assembleia Legislativa estadual e ao governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADI 7.000

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-set-24/aras-questiona-lei-promocao-defensor-publico-pa/>